



SMS Salvador - BA
Enfermeiro SAUEF / SAMU

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de texto.....	1
Ortografia: emprego das letras.....	3
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem	10
Sintaxe: reconhecimento dos termos da oração; reconhecimento das orações num período	23
Concordância verbal; concordância nominal.....	26
Colocação de pronomes.....	28
Ocorrência da crase	30
Regência verbal; regência nominal	32
Processo de formação das palavras	34
Coesão	35
Sentido próprio e figurado das palavras.....	37
Pontuação	39
Figuras de Linguagem.....	43
Acentuação gráfica.....	48
Tipologia textual e gêneros textuais	51
Questões	62
Gabarito.....	76

RACIOCÍNIO LÓGICO

Números inteiros e racionais (na forma decimal e fracionária): operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).....	1
Expressões numéricas	13
Números e grandezas proporcionais: razões, proporções e divisão em partes proporcionais	14
Regra de três simples e composta	21
Porcentagem	22
Princípios de contagem e probabilidade	24

SUMÁRIO



Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície, volume, capacidade e massa	31
Operações com conjuntos	36
Interpretação de gráficos e tabelas	42
Média aritmética simples e ponderada	50
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais	51
Resolução de situações problema	54
Questões	59
Gabarito	68

LEGISLAÇÃO SUS

Política de saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS) Evolução Histórica do Sistema de Saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, estrutura, financiamento e organização	1
Reforma Sanitária	13
Controle Social no SUS	14
Constituição Federal de 1988 – Título VIII – artigo 194 a 200	17
Leis Orgânicas da Saúde - Lei nº 8.080/90	27
Lei nº 8.142/90	40
Decreto Presidencial nº 7.508/2011	42
Controle Social	48
Políticas públicas e modelos tecnoassistenciais	49
Estrutura organizacional da saúde do município de Salvador (Plano municipal de Saúde)	49
Cenário epidemiológico do Município (Plano municipal de Saúde, VIGITEL, Plano Municipal de Saúde para Infância e Adolescente - PMSIA, Plano Municipal de Doenças e Agravos Não Transmissíveis PMDANT)	50
Política Nacional de Promoção da Saúde	51
Política Nacional de Atenção Básica – (PNAB) 2017	61
Redes de Atenção à Saúde	97
Política Nacional de Regulação do SUS	98
Política Nacional de Humanização/Acolhimento\Clínica Ampliada	103
Política Nacional de Urgência e Emergências	111
Política Nacional de saúde mental	112
Política Nacional de atenção integral à pessoa privada de liberdade	114
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei ..	121
Política Nacional para população em situação de rua	133
Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (população quilombola, comunidades tradicionais)	135

SUMÁRIO



Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano/Romani	136
Política Nacional de Saúde Integral da População Negra	141
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher	141
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.....	142
Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias	142
Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais	144
Política Nacional para a População em Situação de Rua	148
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência	149
Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).....	468
Programa Nacional de Imunização e Calendário Nacional de Vacinação	179
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança	206
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	207
Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa	273
Estatuto da Pessoa Idosa.....	286
Política Nacional de Promoção da Saúde	306
Saúde da população migrantes, refugiados e apátridas (Nota técnica número 8/2024-CAEQ/CGESCO/DESCO/SAPS/MS).....	306
Determinantes Sociais da Saúde	314
Vigilância em Saúde (território, determinantes e condicionantes; notificação de agravos).....	315
Sistemas de Informação em Saúde	325
Transição Demográfica, Epidemiológica e Nutricional no Brasil	329
Noções Básicas de Epidemiologia	334
Doenças emergentes e reemergentes na realidade brasileira.....	349
Ouvidoria do SUS.....	358
Carta dos direitos e deveres dos usuários da saúde	359
Programa Nacional de Segurança do Paciente	371
Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções relacionadas à Assistência à Saúde	375
Trabalho em equipe e interprofissionalidade.....	376
Processos em trabalho em saúde	376
Política Nacional de Educação Popular em Saúde	377
Educação Permanente em Saúde.....	380
Questões	384
Gabarito.....	389

SUMÁRIO



ATUALIDADE E LEGISLAÇÃO

Noções gerais sobre a economia, a política e as relações exteriores	1
A questão ambiental: desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental	1
Descobertas e inovações científicas e seus impactos na sociedade contemporânea no mundo, Brasil, Bahia e Salvador	3
Sociedade brasileira: formação, estrutura e organização	86
Pobreza e exclusão social.....	87
Preconceito e discriminação.....	87
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: dos princípios fundamentais – Art. 1º ao Art. 4º	88
Dos Direitos e garantias Fundamentais – Art. 5º ao Art. 17	90
Da Ordem Social/da Seguridade Social – Art. 193 ao Art. 205	106
Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município do Salvador/BA (Estatuto do Servidor Público do Salvador, Lei Complementar nº 001/91) - regime estatutário, regime disciplinar e estágio probatório. Deveres e proibições dos servidores públicos da Administração Municipal.....	111
Questões	156
Gabarito.....	159

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções de internet, intranet e redes de computadores	1
Conceitos básicos dos modos de utilização de tecnologias digitais, suas ferramentas, uso e operação de aplicativos e procedimentos de informática.....	13
Conceitos básicos dos modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas, apresentações, correio eletrônico, Agenda, videoconferência, chat, armazenamento de arquivos e formulários eletrônicos.....	15
Ambientes Virtuais de Aprendizagem.....	23
Conceitos e modos de utilização de Sistemas Operacionais, Windows 10 e superiores, Chrome OS. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas em ambientes compartilhados.....	26
Conceitos e modos de utilização do Adobe Reader e arquivos em formato PDF.....	51
Noções básicas de ferramentas e aplicativos de navegação (Google Chrome, Firefox, Mozilla Firefox, Internet Explorer e Microsoft Edge). Sítios de busca e pesquisa na internet	52
Conceitos básicos de armazenamento de dados em nuvem.....	59
Noções básicas de segurança da informação e proteção de sistemas informatizados... ..	60
Lei Geral de Proteção de Dados	64
Noções básicas de hardware e software.....	88
Conceitos e modos de utilização de sistemas Operacionais Móveis (Android/iOS)	93
Questões	96

SUMÁRIO

Gabarito.....	105
---------------	-----

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conhecimento comum aos profissionais da Urgência e Emergência Fixa e Móvel: Bases Éticas e Legais do exercício Profissional de Enfermagem, Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; Lei do Exercício profissional da Enfermagem e Regulações do Exercício Profissional, Entidades de Classe.....	1
Enfermagem: Liderança e o Processo Decisório no exercício profissional do (a) enfermeiro (a).....	22
Dimensionamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos; Gerenciamento dos Recursos Físicos e Ambientais.....	27
Auditoria em enfermagem.....	29
Segurança do paciente e qualidade em serviços de saúde.....	32
Processos de trabalho da enfermagem em saúde; Procedimentos de enfermagem em saúde.....	42
Cuidados de Enfermagem em saúde: do recém-nascido, à criança, a pessoa adolescente, a pessoa adulta, a mulher, ao homem e a pessoa idosa.....	58
Cuidados de enfermagem a população LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais e pessoas trans e travestis), pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua.....	78
Cuidados de enfermagem a pessoas em situação de violência.....	95
Cuidados de enfermagem a população negra.....	104
Cuidados de enfermagem no período grávido-puerperal e patologias clínico-ginecológicas; Assistência ao Parto e Cuidados com o Recém-Nascido.....	108
Rastreo e Cuidado em controle de infecções relacionadas a assistência à saúde.....	135
Cuidado de enfermagem às pessoas com transtornos mentais leves, moderados e graves/persistentes.....	137
Cuidado de enfermagem em situações de urgência e emergência em saúde.....	147
Cuidado de enfermagem em clínica médica e cirúrgica.....	150
Cuidado de enfermagem para prevenção, tratamento e reabilitação de pessoas com tuberculose, hanseníase, COVID-19, Doença Falciforme, arboviroses, doenças e agravos negligenciados, HIV, sífilis e outras infecções sexualmente transmissíveis.....	156
Cuidado de enfermagem na promoção, prevenção, tratamento e reabilitação de pessoas com doenças e condições crônicas mais prevalentes na população brasileira como: hipertensão arterial sistêmica, doenças cardiovasculares e diabetes mellitus.....	178
Cuidado de enfermagem a feridas crônicas e agudas.....	184
Atuação de enfermagem no Programa Nacional de Imunizações.....	189
Atuação de enfermagem na vigilância epidemiológica, vigilância em saúde ambiental, vigilância em saúde do trabalhador e vigilância sanitária.....	210
Aspectos operacionais do Serviço Pré-Hospitalar Móvel e Fixo. Aspectos Ético-legais no atendimento às Urgências e Emergências.....	214
Aspectos funcionais dos profissionais do Sistema de Atendimento a Urgências e Emergências - Pré Hospitalar Fixo e Móvel.....	235

SUMÁRIO



Abordagem do paciente	247
Suporte avançado de vida em cardiologia, pediatria, trauma, neurologia, ginecologia ...	256
Suporte básico de vida	266
Acidentes com Vítimas numerosas; Desastres e Catástrofes.....	274
Sistema de Comando de Incidentes.....	288
Urgências clínicas no paciente adulto	290
Urgências clínicas na criança.....	299
Urgências cirúrgicas traumáticas e não traumáticos no paciente adulto e na criança.....	309
Urgências psiquiátricas e Aspectos de Saúde Mental.....	321
Urgências Genito-urinárias.....	324
Urgências gineco –obstétrica	334
Urgências Endocrinológicas e Metabólicas.....	344
Urgências Vasculares.....	357
Sedação e analgesia.....	366
Lesões causados por exposição a ambientes adversos	371
Cinemática do Trauma	383
Ferimentos, hemorragia e choque.....	383
Trauma músculo esquelético e imobilizações e bandagens	386
Remoção de vítima.....	397
Quase Afogamento.....	399
Intoxicação Exógena e Animais Peçonhentos; Queimaduras; Lesões por eletricidade...	411
Doenças infecto contagiosas.....	425
Choque.....	425
Intoxicações agudas.....	425
Síndrome de abstinência do álcool	434
Arritmias cardíacas.....	444
Portaria GM/MS n.º 2048, de 5 de novembro de 2002 (Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência)	447
Portaria n.º 1.600, de 7 de julho de 2011	447
Questões	453
Gabarito.....	458

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

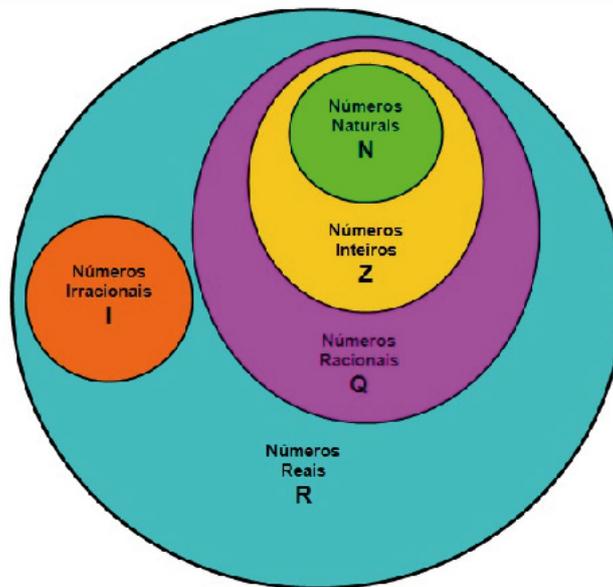


Raciocínio Lógico

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

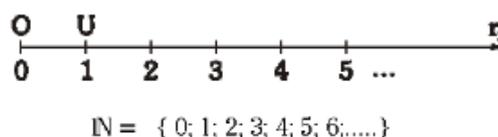
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.



O que é o Sistema Único de Saúde (SUS)?

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde.

A gestão das ações e dos serviços de saúde deve ser solidária e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os municípios. A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto os serviços de saúde. Engloba a atenção primária, média e alta complexidades, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica.

AVANÇO: Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF-88), a “Saúde é direito de todos e dever do Estado”. No período anterior a CF-88, o sistema público de saúde prestava assistência apenas aos trabalhadores vinculados à Previdência Social, aproximadamente 30 milhões de pessoas com acesso aos serviços hospitalares, cabendo o atendimento aos demais cidadãos às entidades filantrópicas.

Estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS)

O Sistema Único de Saúde (SUS) é composto pelo Ministério da Saúde, Estados e Municípios, conforme determina a Constituição Federal. Cada ente tem suas co-responsabilidades.

Ministério da Saúde

Gestor nacional do SUS, formula, normatiza, fiscaliza, monitora e avalia políticas e ações, em articulação com o Conselho Nacional de Saúde. Atua no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para pactuar o Plano Nacional de Saúde. Integram sua estrutura: Fiocruz, Funasa, Anvisa, ANS, Hemobrás, Inca, Inco e oito hospitais federais.

Secretaria Estadual de Saúde (SES)

Participa da formulação das políticas e ações de saúde, presta apoio aos municípios em articulação com o conselho estadual e participa da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para aprovar e implementar o plano estadual de saúde.

Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

Planeja, organiza, controla, avalia e executa as ações e serviços de saúde em articulação com o conselho municipal e a esfera estadual para aprovar e implantar o plano municipal de saúde.

Conselhos de Saúde

O Conselho de Saúde, no âmbito de atuação (Nacional, Estadual ou Municipal), em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

Cabe a cada Conselho de Saúde definir o número de membros, que obedecerá a seguinte composição: 50% de entidades e movimentos representativos de usuários; 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde e 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.



EL FUNDAMENTAL NO DESENVOLVIMENTO E FUNCIONAMENTO DE UM PAÍS.

A economia refere-se ao estudo das atividades econômicas de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Ela abrange aspectos como o crescimento econômico, o emprego, a inflação, o comércio internacional e a distribuição de renda. As políticas econômicas são implementadas pelos governos para influenciar esses aspectos e promover o desenvolvimento econômico.

A política, por sua vez, envolve o processo de tomada de decisões políticas e a administração dos assuntos públicos. Ela determina a forma como um país é governado e influencia as políticas econômicas, sociais e culturais. A política também está relacionada à democracia, à participação política, aos sistemas de governo e às relações de poder.

As relações exteriores referem-se às interações e relações entre países. Elas abrangem questões como a diplomacia, a política externa, os tratados internacionais, o comércio internacional, a segurança internacional e a cooperação global. As relações exteriores são importantes para a promoção dos interesses nacionais, a manutenção da paz e a busca de soluções conjuntas para problemas globais.

Essas três áreas estão intimamente interligadas e se influenciam mutuamente. Por exemplo, as políticas econômicas podem afetar as relações exteriores por meio do comércio internacional e dos investimentos estrangeiros. Da mesma forma, as relações exteriores podem influenciar a política doméstica e a economia de um país, como por meio de alianças militares ou acordos comerciais.

Em suma as noções gerais sobre a economia, a política e as relações exteriores são fundamentais para entender as dinâmicas sociais, políticas e econômicas de um país, bem como as interações entre os países.



A questão ambiental: desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental

A questão ambiental é um tema de extrema importância na atualidade, pois envolve a preservação do meio ambiente e a busca por um desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável é um conceito que visa conciliar o progresso econômico e social com a preservação dos recursos naturais e a promoção da qualidade de vida. Isso significa que as atividades humanas devem ser realizadas de forma a garantir a sua continuidade no longo prazo, sem comprometer o equilíbrio ambiental.

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, é necessário adotar práticas responsáveis de utilização dos recursos naturais, como a redução do consumo de energia, a reciclagem de materiais, o uso de tecnologias limpas e a proteção da biodiversidade.

Além disso, a responsabilidade socioambiental está diretamente ligada ao desenvolvimento sustentável. Ela envolve a preocupação das empresas e da sociedade em geral com os impactos de suas atividades no meio ambiente e nas comunidades onde estão inseridas.

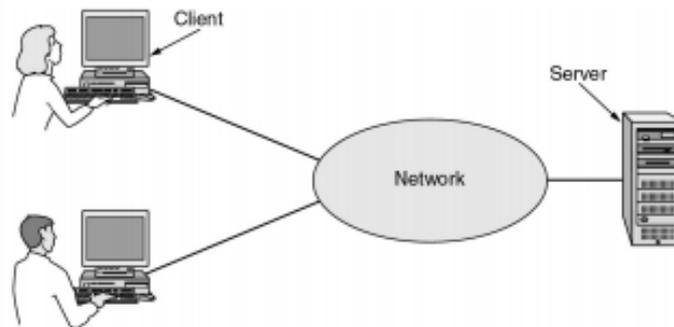
As empresas têm o papel de adotar práticas sustentáveis em suas operações, como a redução da emissão de poluentes, a gestão adequada de resíduos e a promoção de ações sociais que beneficiem as comunidades locais. Já a sociedade em geral pode contribuir através de atitudes conscientes, como a redução do consumo excessivo e o uso racional dos recursos naturais.

Assim, a questão ambiental, o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade socioambiental estão interligados e são fundamentais para garantir a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida das futuras gerações.



REDE DE COMPUTADORES

Uma rede de computadores é formada por um conjunto de módulos processadores capazes de trocar informações e compartilhar recursos, interligados por um sistema de comunicação (meios de transmissão e protocolos)¹.



As redes de computadores possuem diversas aplicações comerciais e domésticas.

As aplicações comerciais proporcionam:

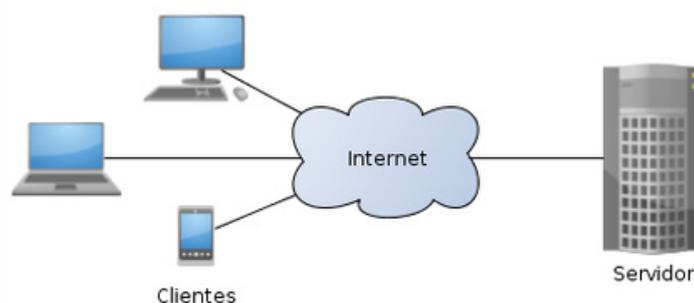
- Compartilhamento de recursos: impressoras, licenças de software, etc.
- Maior confiabilidade por meio de replicação de fontes de dados
- Economia de dinheiro: telefonia IP (VoIP), vídeo conferência, etc.
- Meio de comunicação eficiente entre os empregados da empresa: e-mail, redes sociais, etc.
- Comércio eletrônico.

As aplicações domésticas proporcionam:

- Acesso a informações remotas: jornais, bibliotecas digitais, etc.
- Comunicação entre as pessoas: Twitter, Facebook, Instagram, etc.
- Entretenimento interativo: distribuição de músicas, filmes, etc.
- Comércio eletrônico.
- Jogos.

Modelo Cliente-Servidor

Uma configuração muito comum em redes de computadores emprega o modelo cliente-servidor. O cliente solicita o recurso ao servidor:



¹ NASCIMENTO, E. J. Rede de Computadores. Universidade Federal do Vale do São Francisco.



O CÓDIGO DE ÉTICA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM É O DOCUMENTO CRIADO PARA ESTABELECEM DIREITOS E DEVERES DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM (ENFERMEIROS, TÉCNICOS, AUXILIARES DE ENFERMAGEM, PARTEIRAS), DELIMITANDO PADRÕES ÉTICOS E MORAIS.

A resolução mais recente aprovada e editada pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem foi publicada no Diário Oficial da União em novembro de 2017 (Resolução COFEN N°564/2017).

RESOLUÇÃO COFEN N°564/2017

O Conselho Federal de Enfermagem – Cofen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO que nos termos do inciso III do artigo 8º da Lei 5.905, de 12 de julho de 1973, compete ao Cofen elaborar o Código de Deontologia de Enfermagem e alterá-lo, quando necessário, ouvidos os Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO que o Código de Deontologia de Enfermagem deve submeter-se aos dispositivos constitucionais vigentes;

CONSIDERANDO a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1948) e adotada pela Convenção de Genebra (1949), cujos postulados estão contidos no Código de Ética do Conselho Internacional de Enfermeiras (1953, revisado em 2012);

CONSIDERANDO a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005);

CONSIDERANDO o Código de Deontologia de Enfermagem do Conselho Federal de Enfermagem (1976), o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (1993, reformulado em 2000 e 2007), as normas nacionais de pesquisa (Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 196/1996), revisadas pela Resolução nº 466/2012, e as normas internacionais sobre pesquisa envolvendo seres humanos;

CONSIDERANDO a proposta de Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, consolidada na 1ª Conferência Nacional de Ética na Enfermagem – 1ª CONEENF, ocorrida no período de 07 a 09 de junho de 2017, em Brasília – DF, realizada pelo Conselho Federal de Enfermagem e Coordenada pela Comissão Nacional de Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, instituída pela Portaria Cofen nº 1.351/2016;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal e a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, nos casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos e privados;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Lei nº. 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso;

CONSIDERANDO a Lei nº. 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

CONSIDERANDO a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO as sugestões apresentadas na Assembleia Extraordinária de Presidentes dos Conselhos Regionais de Enfermagem, ocorrida na sede do Cofen, em Brasília, Distrito Federal, no dia 18 de julho de 2017, e